

CONV 175/02

WG VI 6

## NOTA DE SÍNTESE

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica (Grupo VI)
Assunto:	Síntese da reunião realizada em 24.06.2002

---

### Resultados dos trabalhos

#### 1. Abertura pela Presidência

- O Presidente deu conta dos resultados dos trabalhos da reunião anterior, remetendo para o documento de debate entretanto distribuído (doc. de trabalho 04). Convidou o Grupo a analisar as questões levantadas no documento a fim de tentar chegar a conclusões provisórias sobre os temas enunciados nos pontos 5 e 6 do mandato. Referiu-se também às propostas tendentes à alteração do mandato do Grupo que tinham sido apresentadas. Acordara-se em que estas serão, caso pertinente, tidas em conta nos posteriores trabalhos do Grupo; no entanto, o mandato propriamente dito não será formalmente alterado.

#### 2. Seguimento da reunião do Grupo de 20 de Junho de 2002

- Vários membros do Grupo manifestaram a sua discordância em relação a algumas das questões abordadas no documento de debate. Foram suscitados problemas específicos quanto à referência ao alargamento do mandato do BCE, tendo alguns considerado que este deve continuar a ter como objectivo supremo a estabilidade dos preços. Outros, pelo contrário, defenderam o alargamento do referido mandato, observando que tal não iria enfraquecer a independência institucional do BCE, cujos objectivos globais deveriam, todavia, ter um nexo mais estreito com os grandes objectivos económicos da União. Foi também apoiada a ideia de se assegurar, de uma forma genérica, uma interpretação abrangente dos objectivos de política económica.

- Alguns reiteraram a necessidade de reforçar o controlo democrático da coordenação das políticas económicas. Foi expressa a ideia de que um eventual reforço do papel da Comissão na definição das OGPE e/ou nos mecanismos do procedimento respeitante ao défice excessivo deverá implicar, necessariamente, um reforço do papel do Parlamento Europeu. Outros saudaram a referência à necessidade de que os parlamentos nacionais sejam envolvidos no processo.
- No que respeita ao Pacto de Estabilidade e Crescimento, alguns membros declararam apoiar a ideia de introduzir uma maior flexibilidade, tendo-se observado, contudo, que tal poderá não ser inteiramente compatível com a manutenção de um quadro político forte. Alguns desaprovaram a ideia de atribuir à Comissão, e não ao Conselho, a inteira responsabilidade na determinação da existência de um défice excessivo. Um membro afirmou discordar da opinião de que o Pacto não está a funcionar de forma satisfatória, embora tal não signifique que o sistema não possa ser reforçado; a atribuição de um papel mais formal à Comissão deveria contribuir para o reforço da eficácia do sistema.
- Um membro sugeriu que a Comissão faculte ao Grupo um documento expondo os procedimentos em vigor e indique os pontos que gostaria de ver alterados.
- O Presidente concordou que os diferentes pontos de vista serão tidos em conta na redacção de uma síntese das conclusões provisórias do Grupo sobre os pontos 5 e 6 do mandato. Serão claramente referidas as matérias em que não tenha havido consenso. As referidas conclusões serão distribuídas aos membros.

### 3. Ordem de trabalhos da próxima reunião

- O Presidente propôs que as duas reuniões do mês de Julho (10 e 17) sejam consagradas aos pontos 7, 8, 9 e 10 do mandato. Tal como anteriormente, os membros foram convidados a apresentar observações escritas sobre esses temas antes da reunião. O Secretariado distribuirá um documento com o programa de trabalhos para as restantes reuniões.

---